

mala voadora

Universal Declaration of Human Rights



sinopse

Quem tem direito a definir o que são os direitos humanos? Não há uma resposta fácil para esta pergunta. As ideias sobre o que está certo ou errado no modo como as pessoas se organizam e inter-relacionam variam muito de cultura para cultura, e a possibilidade de uma comunhão de valores (políticos, sociais, espirituais) é tão mais difícil quanto mais se tenta alcançar uma “universalidade”. A escolha de um grupo de pessoas que possa definir os direitos humanos coloca um problema de representatividade e, no que toca à representatividade das minorias, evidencia os limites da própria democracia representativa. Para além disso, os limites do que se considera “humano” levantam dúvidas, na medida em que deverão considerar-se direitos de outras entidades diretamente implicados na ação humana.

A mala voadora propõe-se recuar até à década de 1940 – até ao fim da Segunda Guerra Mundial – para visitar as discussões que, no seio das Nações Unidas, deram origem à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Um grupo de atores reúne-se numa assembleia onde recria essas discussões, de acordo com o descrito nas respetivas atas e verbatim. Progressivamente, as intervenções dos representantes dos diversos países irão transformar-se em música. *Encontrar a redenção para a História nos sons das palavras*.

“nós”, aqui na Europa

Temos uma perspetiva sobre o que está certo. Avaliamos os comportamentos das pessoas com base num conjunto de valores. Não acreditamos todxs nas mesmas coisas, ou não acreditamos todxs nas mesmas coisas ao mesmo tempo, mas vamo-nos entendendo. Discordamos uns dos outros e confrontamo-nos pacificamente. Faz parte da nossa cultura esse direito à divergência, e fomos inventando modos de lidar com essas divergências sem que elas se oponham ao nosso bem estar em *comum*. Inventámos a *democracia*, por exemplo. Somos democráticos – nós e a nossa cultura. Na primeira pessoa do plural. Mas quem somos nós? Quem são estes que conseguem harmonizar as suas convergências e divergências num sistema que é estável e que não deixa ninguém de fora, mesmo que minoritário? Somos nós: a Europa.

Sabemos todos que não é assim. Infelizmente, a Europa não pode ser resumida neste paraíso ético, e um dos motivos é não ser possível considerá-la isoladamente em relação ao resto do mundo. O mundo não funciona assim e – sobretudo – somos a parte do mundo que provavelmente mais se imiscuiu na vida de outras partes do mundo: (1) Vivemos com o peso histórico do colonialismo e das atrocidades que ele implicou, e temos de admitir que ele continua a manifestar-se muito para além da “independência” das colónias; (2) Somos uma parte bastante ativa na imposição global do sistema capitalista, explorando contextos sem regulação laboral, e privilegiando alianças económicas em detrimento dos direitos humanos; (3) Estamos, neste início do século XXI, a fazer coisas tão inaceitáveis como implementar regimes xenófobos ou condenar à prisão quem salva a vida a refugiados, mesmo se esses refugiados vierem dos países que exploramos.

A mala voadora quer considerar tudo isto, a partir da nossa condição de europeus, não para fazer um retrato idílico, nem para proceder a uma condenação. Queremos lidar com a complexidade e, para isso, escolhemos uma narrativa precisa: a história dos Direitos Humanos. Nela se cruza a filantropia de alguns, o oportunismo de outros, e – sobretudo – um obrigatório enquadramento global para refletir sobre *valores* e sobre a ideia de “universal”. Este tema permite-nos ainda trabalhar a partir de material de natureza histórica e arquivista: as atas dos vários encontros em que o conteúdo da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* foi discutido por representantes de vários países. Experimentamos, no espetáculo, o confronto entre este material e o tipo de especulação formal que caracteriza as práticas artísticas como o teatro.

História

O Tratado de Versalhes é o documento que encerra a Primeira Guerra Mundial. Não resultou de uma negociação, mas de uma imposição aos derrotados. Foi também neste contexto que se formou a *Sociedade das Nações*, a primeira organização tão mundial como a guerra e que, pelo menos em princípio, serviria para garantir a paz nesse mundo “mundial”. Mas não tardou a que Versalhes conduzisse a uma nova Guerra Mundial – a segunda. E, quando esta termina, é redigido um novo documento. A *Liga das Nações* é substituída pelas *Nações Unidas*. Uma vez mais, acredita-se que se alcançará a paz mundial. Uma vez mais, muitos países são excluídos do processo. A Alemanha e a Itália, por exemplo, são consideradas o inimigo. Portugal vê recusada a sua entrada pela sua afinidade com esses dois países (veio a ser admitido mais tarde). Outros nem sequer são considerados. Mas, mesmo assim, redige-se a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

Apesar de a Declaração ter sido feita para ser universal e garantir os direitos de todos os humanos, nem todos subscreveram o seu conteúdo. Os países socialistas, como a Polónia, não queriam a liberdade de circulação como um direito de seus cidadãos. Os países árabes não podiam concordar com a liberdade religiosa, ou a África do Sul (com o seu apartheid) com direitos iguais para todos. Por outro lado, e ironicamente, as nações europeias que subscreveram a Declaração ainda tinham as suas colónias e ainda as exploravam. Como a França, por exemplo.

Na verdade, o próprio conceito de “universal” não é mais do que uma demonstração do colonialismo cultural: um conjunto de valores formulados por “nós” como sendo bons, não apenas para “nós”, mas também para os outros. E esse colonialismo cultural só é útil na medida em que nos permite manter um sistema económico que nos sirva melhor. Não raramente os direitos humanos são desconsiderados se o país é economicamente vantajoso. A Europa fecha os olhos ao desrespeito pelos direitos humanos e fecha as portas a quem foge de territórios danificados pela sua própria ingerência.

o nosso trabalho e o espetáculo

A mala voadora apresenta um espetáculo de teatro cujo texto repita ou recrie os diálogos entre os representantes dos vários países presentes nas reuniões fundadoras das “Nações Unidas” e da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Levámos a cabo um trabalho de investigação sobre as atas e verbatins dessas reuniões das Nações Unidas, que serviu como base documental da conceção do espetáculo. Esse material foi objeto de uma manipulação “copy/paste” com vista à elaboração de um texto simultaneamente readymade (porque feito de material já existente) e sintético (em relação à extensão dos textos originais). E, tal como não sacralizamos as peças de teatro, também aqui usámos de alguma liberdade de reescrita. No espetáculo, uma assembleia encontra-se voltada para o público. Os performers esclarecem algumas regras sobre quem desempenha qual papel, quem está presente, quem não está, quem vai traduzir para o público as diferentes línguas que vão ser faladas. As línguas são elas próprias uma forma de poder. São instrumentos de dominação cultural e o espetáculo trata dessa questão. Só na Europa, existem mais de 120 línguas diferentes, algumas dominantes, outras quase a desaparecer. Existem línguas que são utilizadas pelo poder, outras não. Existem locais onde muitas línguas convergem e onde é preciso conciliar diferenças culturais, como os Direitos Humanos.

Procede-se a uma reconstituição (livre) das negociações que levaram à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. O cenário é uma paisagem idílica; poderia estar na tampa de uma caixa de chocolates. Mas, para nosso espanto, poucas semanas depois de estreamos o espetáculo, os políticos presentes no encontro do G7 na Baviera foram fotografados num cenário muito semelhante ao nosso. A vida imita a arte.



Neste cenário, discutem-se vários temas implicados na possibilidade de uma “igualdade de direitos” e torna-se evidente, não apenas que o mundo evoluiu muito pouco, como que ele continua dominado pelos interesses geopolíticos das grandes potências (na época, a tensão dominante era a “Guerra Fria” que iniciava). Progressivamente, o que está a ser dito adquire uma qualidade musical. Os sons das palavras começam a adquirir ritmo, ou a soar como música. O diálogo entre os países – ou especificamente entre os políticos que protagonizam esta história – torna-se musical, e a ação adquire uma dimensão mais coreográfica do que estritamente realista. Como se as qualidades artísticas das palavras e ações

pudessem redimir o que está a ser dito e feito. Como se a arte pudesse redimir a crueldade da nossa História.

Poderia esse som ser um bom hino?

ficha técnica

direção Jorge Andrade, com assistência de Pedro Moldão . **apoio dramaturgico** Statt Miller . **co-criação** Ana Isabel Arinto, Bruno Soares Nogueira, Carla Gomes, Carolina Cunha e Costa, Carolina Ferraz, Céline Camara, David Pereira Bastos, Francisco Goulão, Jani Zhao, Jerome Varanfrain, Jorge Andrade, Manuel Moreira, Marco Augusto, Maria Ana Filipe, Maria Toscano, Mariana Magalhães, Pedro Moldão, Sara Belo, Statt Miller, Tomás Barroso . **banda sonora / direção musical** Batida | Pedro Coquenão . **cenografia** José Capela, com edição de imagem de António MV . **figurinos** José Capela . **luz** João Fonte, com consultoria de Wilma Moutinho . **direção técnica** João Fonte . **apoio técnico** Luís Rabaçal . **operação de som** Diogo Cocharro . **direção de projeto** Eva Nunes . **assistência de produção e comunicação** Sofia Freitas . **coprodução** Culturgest e Théâtre à Esch - Luxembourg . **apoios** Comuna Teatro de Pesquisa, Escola do Largo, GrooveOn, _teatromosca_, Vamusica . **agradecimentos** Maria Jorge . A mala voadora é uma estrutura financiada pelo Governo de Portugal – Ministério da Cultura/Direção-Geral das Artes e é associada d'O Espaço do Tempo.

duração 105 minutos

classificação etária M/12

apresentações

7 a 8 Junho de 2022 – Escher Theater (Esch-sur-Alzette, Luxemburgo)

28 a 30 de Setembro 2022 – Culturgest (Lisboa, Portugal)

contactos

Sofia Freitas – assistente de produção e responsável de comunicação sofiafreitas@malavoadora.pt +351 965 821 235
www.malavoadora.pt